



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE CACONDE**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001**  
**DE 18/01/2022**

Concede revisão geral à remuneração dos vencimentos no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder revisão geral dos vencimentos dos servidores municipais ativos, inativos e comissionados na proporção de 10,18% (dez vírgula dezoito por cento), conforme inciso X, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 116, da Lei Municipal nº 2188/03, alterado pela Lei nº 2658/2017.

**Art. 2º** Aplica-se aos Agentes Comunitários de Saúde, empregos criados pela Lei nº 2.495 e aos Estagiários, Lei nº 2390/09 e suas alterações, o referido índice de 10,18% (dez vírgula dezoito por cento), sobre seus vencimentos.

**Art. 3º** Fica alterado o Anexo IV da Lei nº. 2188 de 30.09.2003, Faixa de Referência Salarial, conforme tabela anexa.

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2022.  
Prefeitura Estância de Climática de Caconde, 18 de janeiro de 2022.

João Filipe Muniz Basilli  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE CACONDE**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Nobres Edis,

A presente propositura contém a proposta para autorizar o Chefe do Executivo a conceder revisão geral dos vencimentos dos servidores municipais ativos, inativos e comissionados na proporção de 10,18% (dez vírgula dezoito por cento).

Tal revisão se torna indispensável, na medida em que anualmente ocorre o aumento do salário-mínimo nacional e estadual e, em consequência, há um aumento geral no valor do custo de vida, ficando defasados os valores pagos aos servidores públicos municipais. Daí a necessidade do presente Projeto de Lei.

Não podemos deixar de mencionar que a última revisão ocorreu no ano de 2020. Com a edição da Lei Complementar 173/2020 houve a vedação legal de revisão para o ano de 2021.

Ressalte-se que mesmo diante da crise financeira que assola o país o Chefe do Executivo preocupado com os seus servidores municipais encaminha o presente projeto na expectativa de que seja autorizada a revisão geral dos vencimentos na proporção de 10,18% (dez vírgula dezoito por cento).

Ressalte-se também que o Piso Salarial da Categoria dos Professores ainda não foi divulgado, e encontra-se em discussão no Plenário e na medida que for divulgado esta municipalidade tomará as medidas de correções atendendo esta categoria.

Diante do exposto, exorto os nobres Pares a votarem a favor da presente proposição.

João Filipe Muniz Basilli  
Prefeito Municipal